



## O IMPACTO DA PANDEMIA NO ALCANCE DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PROPOSTOS PELA AGENDA 2030 NO CENÁRIO BRASILEIRO

ANA LUIZA SAMPAIO

### RESUMO

Durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável (2015) definiu-se a Agenda 2030, nela consta os dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esta agenda é um plano de ações que devem ser realizadas a fim de erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade. Concomitantemente ao desenvolvimento do plano, em 2019, o mundo esbarra em uma enorme crise sanitária. Declarada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em março de 2020, a COVID-19, causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2), se torna um grande obstáculo para o desenvolvimento global. O presente artigo analisa, por meio de pesquisas em sítios eletrônicos sobretudo governamentais, qual o impacto da pandemia de COVID-19 na Agenda 2030 no Brasil.

**Palavras-Chave:** COVID-19; Organização das Nações Unidas; Organização Mundial de Saúde; Metas Sustentáveis.

### ABSTRACT

Durante la Cumbre de Desarrollo Sostenible (2015) se definió la Agenda 2030, que incluye diecisiete Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS). Es un plan de acciones que se debe realizar para erradicar la pobreza, proteger el planeta y asegurar que las personas alcancen la paz y la prosperidad. Simultáneamente con el desarrollo del plan, en 2019, el mundo se enfrenta a una gran crisis de salud. Declarada pandemia por la Organización Mundial de la Salud (OMS) en marzo de 2020, la COVID-19, provocada por el coronavirus (SARS-CoV- 2), se convierte en un gran obstáculo para el desarrollo mundial. Este artículo analiza, a través de una investigación en sitios web sobre todo del gobierno, el impacto de la pandemia de COVID-19 en la Agenda 2030 en Brasil.

**Keywords:** COVID-19; United Nations Organization; World Health Organization; Sustainable Goals.

## 1 INTRODUÇÃO

No ano 2000, a Organização das Nações Unidas (ONU) reuniu, além do Brasil, representantes de 190 países na reunião *Cúpula do Milênio*. A ONU analisou os maiores problemas mundiais e, das discussões e propostas, surgiram os oito Objetivos de

Desenvolvimento do Milênio (ODM)<sup>2</sup>. Nestes estão inclusas metas dirigidas a áreas prioritárias que precisariam ser atingidas para melhorar as condições de saúde, de educação, bem como eliminar a extrema pobreza, até 2015.

Em 2012, no Rio de Janeiro, aconteceu a *Conferência das Nações Unidas* para o Desenvolvimento Sustentável, Rio+20, na qual foi acordada a transição dos ODM para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Por fim, em setembro de 2015, ocorreu em Nova York, na sede da ONU, a *Cúpula de Desenvolvimento Sustentável*. Nesse encontro, todos os países da ONU definiram os novos objetivos como parte de uma nova agenda de desenvolvimento sustentável. Essa agenda, conhecida como a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, é distribuída por 17 Objetivos<sup>3</sup> – os ODS – compostos por 169 metas que devem ser cumpridas até o ano de 2030. Ampla, diversificada e demandando a interação de suas metas, tal proposta envolve uma diversidade de campos de atuação que transitam pela erradicação da pobreza e da fome; saúde e bem-estar; educação; igualdade de gênero; acesso à água potável e saneamento; energia limpa; trabalho decente; crescimento econômico sustentável; redução das desigualdades sociais; sustentabilidade da vida; inovações em infraestrutura; consumo responsável; cidades saudáveis; responsabilidade climática; redução das desigualdades; instituições eficazes; e paz social.

Apesar da ambição e da dimensão global, a estratégia política para a implementação dos ODS tem ênfase nacional, cabendo ao governo de cada país determinar prioridades, estruturas de governança, monitoramento de resultados e formas de financiamento. Mas como seguir o plano de ações da Agenda 2030 diante a maior crise sanitária do século?

Segundo o Ministério da Saúde, até o dia 13 de setembro de 2022, foram confirmados 685.121 óbitos por COVID-19 no Brasil (BRASIL,2022). A pandemia afetou não só a área da saúde, mas também as áreas da educação, da economia, da alimentação e nutrição, da desigualdade de gênero, da sustentabilidade, da mudança climática e da indústria e inovação.

Nesse sentido busca-se analisar, diante os dados disponibilizados, sobretudo, pelo governo, qual foi o impacto da pandemia no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

## 2 MATERIAIS E MÉTODO

Este artigo foi construído por meio de análise e comparação de dados de pesquisas em sítios eletrônicos. Priorizou-se critérios de seleção de fontes públicas oficiais produzidas pelas instituições do Estado ou, na ausência destas, apoiou-se em pesquisas desenvolvidas pela sociedade civil ou institutos de pesquisas acadêmicas com metodologias de qualidade reconhecida e que integrem bases de referência confiáveis. O projeto metodológico, assim, se desenvolveu em quatro fases: 1. Seleção dos sítios eletrônicos; 2. Análise e comparação de dados antes e depois do ano 2020, ano no qual se iniciou o contágio de COVID-19 no país; 3. Sistematização dos dados; 4. Apresentação quantitativa das informações.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante uma crise sanitária e a disseminação global do vírus o impacto na saúde tende a ser desastroso. Segundo o Ministério da Saúde, até o dia 13 de setembro de 2022, foram confirmados 34.558.902 de casos e 685.121 óbitos por COVID-19 no Brasil (BRASIL,2022). Entretanto a situação pandêmica afetou também a saúde mental. Em nota técnica disponibilizada pelo Instituto de Estudos para Políticas de Saúde, uma análise entre a evolução da pandemia da COVID-19 e de indicadores de saúde mental, pode-se evidenciar que em nível nacional, as proporções de indivíduos reportando ansiedade e depressão aumentaram de 8,6% e 9,1%, respectivamente, para 10,5% e 12,5% entre maio de 2020 e abril de 2021. (MREJEN;

RACHE; NUNES, 2021)

Em resposta à pandemia, medidas de isolamento social foram tomadas a fim de diminuir o impacto de propagação do vírus, reduzindo assim o número de óbitos. Essas medidas, entretanto, tiveram efeitos colaterais. Um dos efeitos pôde ser sentido no aprendizado de crianças e jovens, pois, como as escolas foram fechadas, os alunos passaram a ter aulas remotas.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgou o primeiro levantamento com os impactos causados pelo vírus. Em análise é possível constatar que, em 2020, os alunos que ingressam no 3º ano do ensino médio perderam em proficiência em língua portuguesa 10 pontos e 9 pontos em matemática, sendo que em todo ensino médio a aprendizagem gira em torno de 20 pontos em língua portuguesa e 15 pontos em matemática. Ou seja, os estudantes perderam metade do que se aprenderia nas aulas presenciais. (INEP, 2022)

No estudo *Perda de Aprendizagem na Pandemia*, uma parceria entre o Insper e o Instituto Unibanco, estima que, no ensino remoto, os estudantes aprendem, em média, apenas 17% do conteúdo de matemática e 38% do de língua portuguesa, em comparação com o que ocorreria nas aulas presenciais. (BARROS et al., 2021)

Segundo o estudo feito pelo Conselho Nacional da Juventude (Conjuve), que ouviu cerca de 68 mil jovens de 15 a 29 anos, o percentual de jovens que estão sem estudar cresceu de 26% para 36% nos anos 2020 e 2021, respectivamente. Observa-se que cerca de 56% dos estudantes que não estão estudando trancaram a matrícula depois de março de 2020. (CONJUVE, 2021).

Sabe-se que “(...) indivíduos com mais escolaridade contam com rendimentos do trabalho maiores que indivíduos com menos anos de estudo.” (SOARES, 2011), desta forma cabe refletir sobre impacto financeiro que a queda do índice de aprendizagem poderá causar. Ainda segundo Soares (2011) um ponto a menos de proficiência reduz a remuneração do trabalho em 0,5% ao longo de toda a vida. E, segundo Barros et al. (2021) o valor presente da remuneração de um jovem que conclui o ensino médio é de R\$ 430 mil. Portanto, pode-se estimar que a perda de proficiência em língua portuguesa, por exemplo, acarreta na diminuição de até R\$ 21,5 mil na remuneração futura de cada estudante que concluir o ensino médio em 2021.

Ainda no tocante aos rendimentos do trabalho, até o mês de maio de 2020, mais de 1.100 milhões de trabalhadores perderam seus empregos (OIT, 2020). Ainda em 2020, as empresas e outras organizações ativas do país tinham cerca de 45,4 milhões de pessoas ocupadas assalariadas. Frente a 2019, o número de assalariados caiu 1,8%, o que representa 825,3 mil postos de trabalho a menos. Os dados são do Cadastro Central de Empresas (Cempre), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (CEMPRE, 2020)

Ainda em análise aos dados do IBGE observa-se que em 2020, as mulheres perderam mais postos de trabalho que os homens. Enquanto o número de homens ocupados assalariados caiu 0,9%, o de mulheres caiu 2,9%. Do total de 825,3 mil postos de trabalho perdidos entre 2019 e 2020, cerca de 593,6 mil (ou 71,9%) eram ocupados por mulheres. (CEMPRE, 2020)

A soma de salários e outras remunerações pagas por empresas e organizações totalizou R\$1,8 trilhão em 2020, uma retração de 6,0% frente ao ano anterior, já corrigido pela inflação. É a maior queda da massa salarial desde o início da série histórica da pesquisa. Em relação ao salário médio mensal, a queda foi de 3,0%. (CEMPRE, 2020)

O alto número de desempregos desencadeia uma série de outras expressões sociais. Em uma pesquisa da Organização Nacional Despejo Zero, desde o início da pandemia, em março de 2020, até maio de 2022 houve um aumento de 655% no número de famílias ameaçadas de perder sua moradia (6.373 famílias entre março e agosto de 2020 e 31.421 famílias até maio de 2022) e também um aumento de 393% no número de famílias despejadas (18.840 famílias entre março e agosto 2020 e 142.385 famílias ameaçadas até maio 2022) (CAMPANHA DESPEJO

ZERO, 2022).

O Brasil não conta com dados oficiais sobre a população em situação de rua. Para análise, portanto, este artigo apresenta estimativa da população em situação de rua no Brasil utilizando-se de dados disponibilizados pelo estudo realizado por Marco Natalino, publicado por meio de uma nota técnica, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Este estudo estima que em fevereiro de 2020, havia mais de 146 mil pessoas que se declararam nessa situação no Cadastro Único de programas sociais do governo federal (BRASIL, 2020). Uma nova estimativa da população de rua indica, por sua vez, que, em março de 2020, tínhamos cerca de 222 mil pessoas em situação de rua. Um aumento de 76 milhões de brasileiros em um mês. (IPEA, 2020)

De modo consequente ao aumento da população em situação de rua, cresce também o percentual da fome. Em junho de 2022 foi publicado um relatório resultado da produção conjunta da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa Mundial de Alimentos da ONU (WFP) e a Organização Mundial da Saúde (OMS). Os dados que constam neste relatório indicam que no Brasil, a prevalência de insegurança alimentar grave em relação à população total aumentou de 1,9% (3,9 milhões) entre 2014 e 2016 para 7,3% (15,4 milhões) entre 2019 e 2021. A prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave em relação à população total aumentou de 37,5 milhões de pessoas (18,3%) entre 2014 e 2016, para 61,3 milhões de pessoas (28,9%) entre 2019 e 2021. (FAO, 2022)

Da perspectiva ambiental, a pandemia também teve impactos notórios. No Brasil o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, no mês de março de 2020, quando se iniciou o período de isolamento social em algumas cidades, os alertas de desmatamento na floresta Amazônica cresceram cerca de 30%, comparado ao mesmo mês de 2019, detectado pelo sistema Deter-B (alerta diário), devido às reduções de fiscalizações, enfraquecimento do discurso político de proteção ambiental, conforme citado na matéria de Oliveira e Matos (2020). Além disso é necessário pensar sobre a produção de lixo hospitalar que cresceu durante a pandemia. No dia 23 de abril de 2020 a Associação Brasileira de Recuperação Energética de Resíduos (Abren) alertou, por meio de um relatório, o Ministério da Saúde sobre o aumento do volume desses resíduos hospitalares gerados pelo novo coronavírus, expondo a população e o meio ambiente aos riscos do material contaminante sem tratamento.

Segundo os dados do Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG), o Brasil não modernizou sua infraestrutura, nem as indústrias vêm adotando tecnologias e processos limpos e ambientalmente corretos. Assim, na contramão da tendência mundial, o país vem aumentando as emissões de gases de efeito estufa: em 2020 as taxas cresceram 9,5%, enquanto no mundo inteiro declinaram quase 7% devido à pandemia da Covid-19 que reduziu as atividades produtivas, a circulação de pessoas e mercadorias. (SEEG, 2021)

O sulfato de hidroxyclorequina, azitromicina, ivermectina e nitazoxanida, embora ineficazes, foram alguns dos medicamentos usados na tentativa de tratamento da COVID-19. Segundo levantamento exclusivo da Agência Pública, foram vendidos mais de 6,6 milhões de frascos e caixas desses quatro remédios de março de 2020 a março de 2021 (MUNIZ; FONSECA, 2021). A hidroxyclorequina é descrita como persistente, bioacumuláveis e perigosas para organismos aquáticos (RAMESH et al., 2018). Os sistemas de tratamento de efluentes não possuem processos adequados para a contenção dos prejuízos que esta droga traz ao meio ambiente. Ainda não há estudos se houve algum impacto no mapa hídrico e na vida aquática devido ao uso excessivo e descarte incorreto deste fármaco, entretanto não se pode passar despercebido tais informações.

#### **4 CONCLUSÃO**

Diante a análise dos dados expostos pode-se concluir que a pandemia impactou negativamente as três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, ambiental e social.

A dimensão econômica fortemente prejudicada pela pandemia expressa pelos índices de desemprego, queda média salarial, tanto nos dois últimos anos quanto na previsão futura devido a fragilização educacional, torna evidente o retrocesso para alcance, principalmente, dos ODS 8 e 10 (Trabalho decente e crescimento econômico; Redução das desigualdades).

Na perspectiva ambiental o alto percentual de desmatamento e emissão de gases poluentes somados à preocupação com a grande quantia de resíduo hospitalar produzido nos últimos trinta meses demonstra a involução na conquista, sobretudo, dos ODS 7, 11, 12, 13, 14 e 15 (Energia limpa e sustentável; Cidades e comunidades sustentáveis; Consumo e produção responsáveis; Ação contra a mudança global do clima; Vida na água; Vida terrestre).

Por fim, a dimensão social traz evidências alarmantes. O atraso educacional na aprendizagem, a forma como as mulheres foram desigualmente prejudicadas com a disseminação do vírus, a piora da saúde mental, o agravamento da perda de moradia aumentando o número de brasileiros em situação de rua e o alto percentual de insegurança alimentar apontam para um regresso na caminhada em busca do cumprimento, maiormente, dos ODS 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 16 e 17 (Erradicação da pobreza; Fome zero e agricultura sustentável; Saúde e bem-estar; Educação de qualidade; Igualdade de gênero; Água potável e saneamento; Indústria, inovação e infraestrutura; Paz, justiça e instituições eficazes; Parcerias e meios de implementação).

Considerando, portanto, toda análise disposta neste artigo, conclui-se que a pandemia causada pelo coronavírus afetou negativamente no alcance de todos os dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pela Agenda 2030. E embora a pandemia não seja a causa exclusiva deste distanciamento no cumprimento dos ODS é, sem dúvidas, um fator notório que contribuiu para deixar o Brasil em 3º lugar no ranking entre os países que tiveram o maior declínio no progresso das metas. (SACHS et al., 2021)

Esse artigo não tem a intenção de esgotar o assunto haja vista que o fim da pandemia ainda não foi decretado pela OMS e, embora improvável, ainda há um caminho de pouco mais de sete anos para avançar no alcance das metas.

## REFERÊNCIAS

BARROS, R. P. ET AL. **Consequências Da Violação Do Direito À Educação**. 1. ED. Rio De Janeiro: Autografia, 2021. Disponível em: <<https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2021/05/Consequ%C3%82ncias-da-Violac%C3%A7%C3%A3o-do-Direito-a-Educac%C3%A3o.pdf>> Acesso em setembro de 2022

BARROS, R. P. ET AL. **Perda de Aprendizagem na Pandemia**. São Paulo: Instituto Unibanco; Insper, 2021. Disponível em: <<https://www.institutounibanco.org.br/conteudo/estudo-perda-de-aprendizagem-na-pandemia/>>. Acesso em: setembro de 2022

BRASIL, Ministério da Saúde. **Painel Coronavírus**. Brasília, 2022. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>> Acesso em setembro de 2022

CAMPANHA DESPEJO ZERO. **Balanco dos dados até 31 de maio de 2022**. Disponível em: <<https://www.campanhadespejzero.org/>> Acesso em setembro de 2022

CEMPRE. **Cadastro Central De Empresas 2020**. IBGE, 2020. Disponível em:

<<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/cepre/quadros/brasil/2020>> Acesso em: setembro de 2022  
CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE. **Juventudes e a Pandemia do Coronavírus**. 2ª edição nacional, 2021. Disponível em: <[https://atlasdasjuventudes.com.br/wp-content/uploads/2021/06/JuventudesEPandemia2\\_Relatorio\\_Nacional\\_20210607.pdf](https://atlasdasjuventudes.com.br/wp-content/uploads/2021/06/JuventudesEPandemia2_Relatorio_Nacional_20210607.pdf)> Acesso em setembro de 2022

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Nota Técnica n. 73(Disoc) : **Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020)**. IPEA, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10074>> Acesso em setembro de 2022

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística do Questionário Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil - Educação Básica**. Brasília: Inep, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>>. Acesso em setembro de 2022

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Taxas de desmatamento**. Disponível em: <[http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal\\_amazon/rates.>](http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates.>) Acesso em setembro de 2022

MREJEN, M.; RACHE, B.; NUNES, L. **COVID-19 e Saúde Mental: Uma Análise de Tendências Recentes no Brasil**. Nota técnica nº20: Instituto de Estudos para Políticas de Saúde, 2021. Disponível em: <[https://ieps.org.br/wp-content/uploads/2021/11/IEPS\\_NT20.pdf](https://ieps.org.br/wp-content/uploads/2021/11/IEPS_NT20.pdf)> Acesso em setembro de 2022

MUNIZ, B.; FONSECA, B. **Farmácias venderam mais de 52 milhões de comprimidos do “kit covid” na pandemia**. Agenda Pública, 2021. Disponível em: <<https://apublica.org/2021/04/farmacias-venderam-mais-de-52-milhoes-de-comprimidos-do-kit-covid-na-pandemia/>> Acesso em setembro de 2022

OLIVEIRA, E.; MATOS, T. **Alertas de desmatamento na Amazônia crescem 29,9% em março, mostram dados do Inpe**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/04/10/alertas-de-desmatamento-na-amazonia-crescem-299percent-em-marco-mostram-dados-de-sistema-do-inpe.ghtml>> Acesso em setembro de 2022

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2022**. Roma, 2022. Disponível em:

<<https://www.fao.org/3/cc0639en/cc0639en.pdf>> Acesso em: setembro de 2022

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Como o COVID-19 afetará o mundo trabalho?** Disponível em <[https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS\\_740753/lang-pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_740753/lang-pt/index.htm)>. Acesso em setembro de 2022

RAMESH, M.; ANITHA, S.; POOPAL, R.K.; SHOBANA, C. **Evaluation of acute and**

**sublethal effects of chloroquine (C<sub>18</sub>H<sub>26</sub>CIN<sub>3</sub>) on certain enzymological and histopathological biomarker responses of a freshwater fish *Cyprinus carpio*.**

**Toxicol. Rep.** 5, 18–27, 2018. Disponível em:

<<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5734797/>> Acesso em setembro de 2022

**SACHS, J. D. ET AL. Sustainable Development Report 2021: The Decade of Action for the Sustainable Development Goals.** 1ª edição. Cambridge: Cambridge University Press,

2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1017/9781009106559>> Acesso em setembro de

2022 SISTEMA DE ESTIMATIVAS DE EMISSÕES DE GASES DO EFEITO ESTUFA. **Análise das emissões de gases de efeito estufa do Brasil (1970-2020).** Observatório do Clima, 2021.

Disponível em:

<<https://www.oc.eco.br/seeg-9-analise-das-emissoes-de-gases-de-efeito-estufa-do-brasil-1970-2020/>> Acesso em setembro de 2022

**SOARES, S. S. D. O conhecimento paga bem? Habilidades cognitivas e rendimentos do trabalho no Brasil (e no Chile).** Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível

em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/11189>> Acesso em setembro de 2022